

Três esquemas para a compreensão do popular, suas formas e usos comunicativos na Bolívia*

Erick R. Torrico Villanueva**

Resumo

O texto apresenta três caminhos que podem ser úteis para examinar o popular na Bolívia e suas vinculações com a comunicação. Um deles trata das características e variações dos marcos culturais, o outro diz respeito às ações sociais que marcaram a rota do popular no país e o último caminho refere-se às experiências comunicativas populares no curso dos desenvolvimentos históricos.

Palavras-chave: popular, comunicação, Bolívia

Resumen

El texto presenta tres caminos que pueden ser útiles para examinar lo popular en Bolivia y sus vinculaciones a la comunicación. Uno de ellos trata de las características y variaciones de los marcos culturales, el otro se refiere a las acciones sociales que marcaron la ruta de lo popular en el país y el último camino se refiere a las experiencias comunicativas populares en el curso de los acontecimientos históricos.

Palabras clave: popular, comunicación, Bolivia.

Abstract

The following text suggests three directions considered useful to examine the concept and uses of *popular* in Bolivia and its relation with the communication area. The first deals with cultural characteristics and variations, the second direction points out the social actions that served as a natural path to popular manifestation, and the last one lists popular communicational experiences in the local historic process.

Keywords: popular, communication, Bolivia

* Palestra apresentada no Seminário Internacional sobre Comunicação e Culturas Populares, organizado pela Universidade Núr, a ABOCCS e a FELAFACS. Santa Cruz de la Sierra, maio de 2000.

** Erick R. Torrico Villanueva é coordenador da disciplina "Comunicação e Desenvolvimento" da Universidade Andina, Simón Bolívar, docente da Universidade Mayor de San Andrés em La Paz, Bolívia.

Em nenhum caso *o popular* torna-se inteligível, a não ser de acordo com três condições básicas: a) sua contextualização nos processos históricos que lhe deram origem, b) sua imprescindível referência ao que é popular, e c) sua conseqüente natureza alternativa e, portanto conflitante, inerentemente política.

Mas cabe perguntar, antes de continuar com a argumentação, por que pode interessar que o popular comunicativo seja assumido como objeto de conhecimento? Somente duas razões bastarão para agora: a primeira, é que o popular é aquilo que tem valor para o cotidiano das maiorias e a segunda é que há mais de quinze anos é elemento central da reconfiguração dos estudos de Comunicação².

Se o popular, então, é reconhecido como valioso pelo povo – já que faz parte de seu ser e fazer diários – é obviamente algo que não pode ser menosprezado ou dificultado, menos ainda pelas abordagens analíticas da realidade social, que são insumo para ação. E se além disso representa o novo núcleo do âmbito disciplinar comunicativo, resta buscar a adoção das estratégias teórico-metodológicas mais adequadas para sua melhor compreensão.

É no marco desse propósito que este trabalho pretende apresentar, esquematicamente, três caminhos considerados úteis para examinar o popular na Bolívia e suas vinculações com a comunicação: um caminho relativo ao que lhe pertence, com características e variações dos marcos conceituais que buscam dar conta do fenômeno; outro concernente aos processos e ações sociais que marcaram até hoje as rotas do popular no país, e um terceiro caminho referente às experiências comunicativas populares registradas no curso desses desenvolvimentos históricos.

Como conseqüência, o que se expõe a seguir tem a pretensão de traçar algumas linhas de orientação para olhar o popular assumindo-o com base nos requisitos apontados no princípio – isto é, com sua historicidade, sua alteração nem sempre correspondente a politicagem – chamando a atenção sobre alguns focos de interesse para a pesquisa especializada.

2 Consultar sobre estes aspectos o livro de Jesús Martín-Barbero *Procesos de comunicación y matrices de cultura. Itinerario para salir de la razón dualista*. Editora G.Gili, S.A. México. 1988. Em especial as páginas 127 a 130.

1. A evolução dos conceitos

O termo “popular” como derivado do não menos empregado “povo”, tem uma velha história, ainda que desde seu início remeta em sua acepção a “o que pertence ou concerne ao povo”.

Esse mesmo fato foi, entretanto, o que deu base para que aparecessem relativamente rápido os interesses dirigidos a enfatizar ou neutralizar a dimensão política do vocábulo. Como seu significado se relacionava com os habitantes de um lugar, com o geral, com a maioria ou, finalmente, com a multidão, seu uso foi instrumentalizado tanto pelos que buscavam o poder baseado na quantidade como pelos que queriam desconhecê-lo e ainda desacreditá-lo.

Como produto desse confronto, no século XV se fizeram mais explícitas e predominantes a percepção e a definição do popular visto e entendido como o vulgar, o inculto, o prejudicial, o sem qualidade e, no extremo, como o depreciável da sociedade.

Tempos depois da vitória dos revolucionários franceses contra o regime absolutista em 1789, o adjetivo “popular” começou a gozar de um novo e positivo reconhecimento: foi assimilado como a fonte ou lugar da soberania e, inclusive, da verdade³.

Pode-se dizer que com essas perspectivas contrapostas ficou estabelecido um *dualismo fundamental* que as teorias folclórica, sociológica, antropológica, política e em, última instância, comunicacional, incorporariam sucessivamente em seus respectivos acervos durante os séculos XIX e XX, que consiste em super-valorizar o popular ou, ao contrário, em desvalorizá-lo, tendo sempre à frente, outro modelo de cultura que imite ou combata, seja o das elites ou dos *mass-media*.

Néstor García Canclini sistematizou há alguns anos o conjunto do pensamento sobre o popular no plano político. Registrou que, no caso da direita conservadora, prevaleceram dois enfoques: o *biológico-telúrico*, que traz a essência e a identidade do povo, da raça e da terra, e o *estatal-populista*, que converte o Estado na razão de ser da nação. A esquerda revolucionária criou outros dois enfoques: o *romântico*, que faz do povo o sujeito exclusivo de toda ação histórica possível, e o que se poderia chamar de *renovado*, fundamentado nas propostas de Antonio Gramsci, que vê o povo ao mes-

³ Estes e outros temas afins estão documentadamente expostos no livro de Geneviève Bollème *El pueblo por escrito. Significados culturales de “lo popular”*. Grijalbo Editora México. 1990.

mo tempo como “cúmplice” da hegemonia e lutador anti-sistema⁴.

Por sua vez, Jesús Martín-Barbero examinou as transições do popular na teoria em correspondência direta com posições políticas e mostrou como o conceito polêmico de “povo” – definido de forma depreciativa ou idealizada pela direita ou pela esquerda – foi substituído posteriormente pelo de “classe proletária” (o popular proletariado), no caso da esquerda marxista, e pelo de “massa” (o popular de massa), paradoxalmente, tanto no caso dos críticos marxistas da escola de Frankfurt como da direita democrática norte-americana e européia⁵.

À margem desses traços, porém, é importante igualmente destacar outras duas temáticas relacionadas: a do *popular-indígena* e a do *popular-urbano*. A primeira nasceu com os estudos do folclore iniciados em 1846 por William John Thoms, que propôs um novo campo do saber referindo-se aos usos, costumes, cerimônias, crenças, romances, refrões, etc, dos tempos antigos⁶, com o qual assimilou a tradição à autonomia e, portanto, o popular à pureza ancestral. Desde então, essa convicção foi transferida à antropologia do “bom selvagem”. Essa mentalidade colonialista deu lugar ao enfoque biológico-telúrico antes mencionado e reduziu o popular ao indígena simplesmente, quase natural e preservável, mas logicamente excluído.

A segunda temática é produto de um olhar mais ou menos recente que combina a tese do relativismo cultural com o reconhecimento da presença de novos atores na vida coletiva – os movimentos sociais urbanos, que predominantemente “abrangem todas as formas de organização dos pobres urbanos que buscam melhorar sua qualidade de vida através de ações conjuntas⁷”, que não expressam uma homogeneidade articulada classista, partidária ou culturalmente em evidência e que lutam por ampliar a cidadania democrática⁸ com a incorporação na agenda pública de

4 Citação deste autor “¿De qué estamos hablando cuando hablamos de lo popular?”, em *Comunicación y culturas populares en Latinoamérica*. Editora G. Gili, S.A. México, 1987, páginas 21-37.

5 Citação deste autor o livro *De los medios a las mediaciones*. Convênio Andrés Bello. Santa Fé de Bogotá, 1998, 5ª edição (Primeira Parte).

6 Citado por Augusto Raúl Cortazar em seu livro *Esquema del Folklore*. Editora Columba. Buenos Aires, 1959, página 7.

7 GROHMANN, Peter (1997): “Los movimientos sociales y el medio ambiente urbano”, em Nueva Sociedad. Editora Nueva Sociedad. Caracas. Nº 149. Maio-Junho. página 147.

8 Ver o livro de Cicilia Krohling Peruzzo *Comunicação nos movimentos populares. A participação na construção da cidadania*. Editora Vozes, Petrópolis. 1998.

temas que, às vezes, atravessam transversalmente toda a vida da sociedade, como os de gênero, etnia, gerações ou ecologia.

Portanto, como afirma Martín-Barbero, é este último cenário que resulta o mais adequado para recolocar a comunicação no âmbito da cultura com tudo que esteja viável e a seu alcance (instituições, organizações, linguagens e sujeitos). Ou seja, onde o popular adquire um novo caráter constituindo-se como objeto de investigação além do “nativo puro”, do trabalhador-operário, do político-partidário e do massivo-industrial, pois além deste espaço da sociedade civil – que cada vez mais tem seu lugar físico na forma da cidade que mescla culturas – é onde melhor se pode reconhecer, hoje, a comunicação como comportamento coletivo e cotidiano, ao invés de estudá-la em sua interação com o protagonismo crescente das indústrias que penetram praticamente todo o imaginário coletivo, assim como se alimentam dele⁹.

Para abordar a questão do popular, seja cultural em geral ou comunicativo em particular, tem-se pois essas quatro opções teóricas que marcam respectivamente o clássico, o comercial, o originário e a variedade “glocal” e multi-determinada. Não obstante, no que se refere a compreender o popular e a comunicação na Bolívia, será preciso levar em conta estes desenvolvimentos teóricos em seu sentido não de evolução linear mas sim de superação dialética. O contrário iria supor reproduzir defeitos que já mostraram suas limitações na abordagem das problemáticas contemporâneas da comunicação e da cultura.

2. A emergência do popular na Bolívia

O popular faz referência ao subordinado na sociedade e, conseqüentemente, à situação, ao pensamento e ao agir da maioria da população, cuja prática em algumas ocasiões aparece unificada, mas que aparentemente se expressa de forma mais segmentada.

Essa subordinação se explica sobretudo pelo limitado acesso dos setores ligados a bens e serviços – materiais e intelectuais – que lhes assegurem condições básicas de dignidade, segurança, subsistência e desenvolvimento, assim como por sua falta de participação real nos processos políticos que lhes dizem respeito.

9 Consultar a “Introducción” de Jesús Martín-Barbero em *Comunicación y Culturas Populares en Latinoamérica*. Op. cit. p 9-17.

No caso boliviano, desde os tempos coloniais, a estrutura social discriminou o popular – fundamentalmente indígena – primeiro do hispano, em seguida do crioulo¹⁰ e, depois, mais em termos econômicos do que raciais, do pequeno burguês e do burguês. Isso se traduziu não apenas em uma evidente separação no plano social, que até agora permanece, como também na exclusão política, econômica e cultural das maiorias, emaranhando-se em uma trama de critérios de degradação do outro que ainda mantém a Bolívia como um país fechado, mas profundamente racista.

Mesmo assim, é certo que ocorreram algumas modificações. Com a revolução nacionalista de abril de 1952, por exemplo, foi colocado abaixo o sistema de castas que existia até então e caiu igualmente o regime de servidão (N. do T.: este tipo de escravidão do índio é denominado *ponguaeje* na Bolívia, termo sem tradução para o português) a que estavam submetidas as comunidades indígenas, em particular na região ocidental do território. Outro passo importante neste sentido, ainda que de efeito retórico, foi o da nova definição constitucional da Bolívia como nação “multiétnica e pluricultural” alcançada em 1995.

A existência desse conflito na distribuição e no acesso aos bens e serviços indispensáveis, no reconhecimento e na intervenção das decisões é sem dúvida um dos fundamentos da vida republicana, eixo em torno ao qual adquire sentido o popular, tanto na comunicação como na cultura.

Conseqüentemente, a compreensão dos processos sociais gerados por essa dinâmica é um substrato imprescindível para qualquer tentativa de investigar as conexões entre o popular e a comunicação na Bolívia, assim como a identificação de seus protagonistas e a interpretação de suas ações.

Os caminhos que vêm seguindo o popular e suas manifestações comunicativas no país, nessa perspectiva, estiveram e estão indissociavelmente unidos às lutas protagonizadas pelos setores subordinados.

Desde o tempo em que dezenas de movimentos indígenas se levantaram infrutiferamente contra a ordem colonial hispânica, ao longo do século XVIII, e que desembocaram na chamada “sublevação geral dos índios” de 1780, quando se colocou em questão as estruturas econômi-

10 “A cultura racista da oligarquia deste país de índios se exacerbou com a república, recebeu um impulso com os êxitos da política de importação de europeus da Argentina e se consolidou com a reintegração ao mercado mundial por causa da economia do estanho”.

ZAVALETA, René. *50 años de historia*. Los amigos del libro. Cochabamba. 1992. Página 36.

cas-sociais¹¹ sem conseguir alterá-las, foram registrados outros acontecimentos que expressaram essa emergência popular.

Mais tarde, quando os primeiros “levantamentos libertários” deram lugar até 1815 à formação de exércitos guerrilheiros, nos quais se percebiam as sementes de um projeto nacional, o processo de impugnação do sistema colonial se viu fortalecido, mas variou tanto em sua origem – urbano, em contraste ao pré-independista – como em sua composição social: desta vez foram os crioulos e os mestiços quem encabeçaram a luta, da qual também participaram os indígenas¹²

Depois da vitória conseguida pela independência com o apoio das forças bolivarianas estabeleceu-se a república, que proporcionou uma nova exclusão para as maiorias, as quais somente reapareceram em cena em meados do século XIX, quando se deu a experiência belcista (1848-1855), que aglutinou os setores populares em torno dos objetivos de “justiça para todas as classes e garantia para todos os cidadãos”¹³.

Provavelmente foi durante esta etapa do governo de Manuel Isidoro Belzu¹⁴, que se articulou pela primeira vez um “bloqueio democrático popular” – como sustenta Calderón Jemio (1995) – que agrupou, já no contexto do Estado boliviano, as forças sociais da cidade e do campo. Ao final, as elites voltaram a assumir o controle.

Foi preciso quase meio século para que as massas indígenas reaparecessem no âmbito público¹⁵. Foi em 1899 – quando paralelamente à revolução

11 Consulte “La Sublevación General de Indios: 1780-1782” de Fernando Cajijas de la Vega em CRESPO, Alberto e Outros (Coordenadores): *Los Bolivianos en el tiempo. Cuadernos de historia*. La Paz. 1995. 2ª Edição. Páginas 139-146.

12 Consulte “La Guerra de la Independencia en Charcas. Guerrilleros y Libertadores” de José Crespo Fernández em CRESPO, Alberto e Outros. Obra Citada. Páginas 170-176.

13 Citado em “Las Mayorías Irrumpen en la Historia”, de Raúl Calderón Jemio em CRESPO, Alberto e Outros. Obra Citada.

14 Este, pelo que se percebe, tinha uma visão bastante clara da situação. Em seu último discurso presidencial, afirmou a respeito que “as massas populares, excluídas de toda representação, objeto do desprezo dos governos e sempre vítimas em todas as modificações políticas, fizeram ouvir sua voz e desempenharam seu rol [sic] espontaneamente: tem sufocado revoluções e combatido em favor do governo constitucional. A aparição deste formidável poder é um fato social de eminente transcendência”, citado por Calderón Jemio. Obra Citada. Página 231.

15 Não obstante convém recordar o movimento do tipo regional-local dos “igualitários” de Santa Cruz, liderados por Andrés Ibáñez, que entre 1874 e 1877 chegou inclusive a estabelecer um governo federal.

federal que opôs os liberais mineiros aos conservadores senhores das terras que disputavam a *capitania* da república entre La Paz e Sucre – que ocorreu uma importante rebelião *aymara* liderada por Pablo Zánate (o “Willka”). O movimento pretendia não somente restituir as terras comunitárias que haviam sido usurpadas pela Lei de Desapropriação, promulgada por Mariano Melgarejo em 1874, como também instalar, inclusive, um governo autônomo, mas que, ao final, foi derrotado pelo exército na luta pelo triunfo liberal.¹⁶

Quase quarenta anos depois começaram a surgir as organizações sindicais urbanas (de artesãos, operários e empregados domésticos) e algumas outras camponesas¹⁷, que chegariam a constituir-se formalmente depois da revolução nacionalista de 1952.¹⁸

De forma mais ou menos consecutiva, portanto, primeiro “o movimento operário ingressa na política nacional pelas portas do nacionalismo revolucionário”¹⁹ com um projeto radical inscrito na Tese de Pulacayo²⁰, da Federação de Trabalhadores Mineiros da Bolívia. Depois o fazem os camponeses – denominados assim desde então – na instância de controladores do Novo Estado (a direção do Movimento Nacionalista Revolucionário), que apelou a eles como contrapeso político²¹. Entretanto, a classe operária havia se auto-limitado a entregar o poder que conquistou ao

16 Veja a respeito o livro de Ramiro Condarco Morales Zárate, el “temible” Willka. *Historia de la rebelión indígena de 1899 en la república de Bolivia*. Imp. Renovación. La Paz. 1983. 2ª Edição.

17 O sentido destas, bem situadas na zona do vale cochabambino, era decompor o sistema de fazendas coloniais e republicanas. Consulte o livro de Xavier Albó e Josep Barnadas *La cara india y campesina de nuestra historia*. UNITAS/CIPCA. La Paz. 1990. 3ª Edição, em particular a parte V, capítulo 3, páginas 192-202.

18 Em 16 de abril deste ano foi fundada a Central Operária Boliviana.

19 OPORTO, Henry: “Discursos contestatarios en el movimiento popular”, em *Repensando el país*. CATEP. La Paz. 1987. Página 344.

20 Este documento de 1946, os trabalhadores mineiros sindicalizados se planejaram pela primeira vez um programa de poder orientado a implantar a ditadura do proletariado na Bolívia. Consulte livro de Guillermo Lora *Documentos políticos de Bolivia*. Editora Futuro. La Paz. 1987. 2ª edição. Tomo II Páginas 9-32.

21 Disse Zavaleta sobre o particular: “É a perseguição operária que obriga à velha casta desgraçada a tarefa de abrir de porta em porta o ingresso dos índios para convertê-los, agora tranquilos com suas quatro conquistas por causa de seu atraso em seus aliados. A partir daqui tudo deverá ser resolvido tendo em conta os índios homens anteriores ao marco humano do Estado, fato que implica em uma vasta democratização da sociedade boliviana”. Obra citada. Página 82.

partido pequeno-burguês que assumiu o controle dos resultados da revolução. Por sua vez, o movimento camponês se submeteu tanto a essas mesmas estruturas partidárias²² como, um pouco mais tarde, à direção dos governos militares (com a aceitação, durante o governo de René Barrientos, do chamado "Pacto Militar-Camponês").

Os dezoito anos de ditadura que se seguiram ao golpe encabeçado por Barrientos em 1964 resultaram na retirada das organizações proletárias, estudantis e camponesas, que sofreram repressão ou foram objetos de tentativas de recrutamento por instituições oficiais. Entretanto, justamente nesse lapso foi quando começaram a atuar as organizações municipais urbanas e se desenvolveram "formas organizacionais autônomas e rebeldes" dos *campesinos* (Rivera: 131), as mesmas que iriam confluir em 1979 na constituição da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia.

Esta confederação optou naquele mesmo ano, diante do golpe militar de Alberto Natush, por solução democrática, assim como a Central Operária²³, e estimulou mais adiante o questionamento da exclusividade operária que havia sido imposta na condução das lutas populares. Nesse momento iniciou-se também a combinação das táticas de confrontos com as práticas de negociação.

Quase no início desse mesmo período o país viveu as experiências guerrilheiras de Ñancahuazú (1967) e Teoponte (1970), que fracassaram em seus objetivos militares, assim como a criação e o funcionamento interrompido da Assembléia Popular (1970), que mobilizaram setores estudantis, profissionais e universitários, assim como os operários das fábricas e das minas.

De todas as maneiras, o forte componente operariado de todos esses casos foi perdendo espaço em anos posteriores não somente pela crescente presença dos camponeses e sua influência, como também pela paulatina emergência de outros atores sociais com demandas extra-

22 Sobre isto, Silvia Rivera afirma: "...se bem que a população indígena adquiriu um novo lugar na sociedade mediante a mobilização e participação ativa nos processos econômicos e políticos desatados pela revolução, a sociedade crioula e a cultura dominante acabaram impondo-lhes novas formas de discriminação e opressão". Consulte a obra de esta autora "*Luchas campesinas contemporáneas en Bolivia: el movimiento 'katarista': 1970-1980*", em Bolívia, hoy. Compilação de René Zavaleta. Siglo XXI. Editora México. 1987. 2ª. Edição, página 135.

23 Veja-se de Zavaleta "*Las masas en noviembre*", em ZAVALETA, René (Comp.) Obra Citada. Páginas 11-59.

classistas. É importante assinalar a esse respeito, particularmente, os movimentos cívico-regionais, os produtores de folha de coca, os artesãos e comerciantes minoritários, os indígenas das terras baixas e os professores das escolas públicas, principalmente quando a democracia foi reconquistada em 1982 e depois da modernização neoliberal de 1985 que derrubou as pautas que o modelo estatal de 1952 havia sinalizado para a vida econômica, política e cultural do país, igualmente para a ação coletiva.

As lutas dos setores subordinados variaram assim, ao longo da história, em relação ao caráter, objetivos e protagonistas, mas em sua grande maioria estiveram intensamente politizadas, pois quase sempre apontaram a uma impugnação do poder estabelecido, havendo traçado em ocasiões a construção e institucionalização de um poder alternativo – o popular, de inspiração proletária. Não obstante, nos últimos anos a ascensão da pluralidade – com o que se supõe democracia, acordo e pacto – tende a prevalecer sobre pontos de vista unilaterais, tanto na prática dos atores sociais como em sua análise e interpretação.

Consequentemente, a compreensão do popular e a comunicação na Bolívia reflete as experiências dos processos que fizeram dos índios, mestiços, artesãos, camponeses, operários, universitários, grupos cívicos municipais, plantadores de coca, indígenas, professores e outros setores protagonistas de diversas lutas ou negociações – unificadas ou fragmentadas pela justiça – o reconhecimento, a subsistência, o emprego, as regalias, os salários, o território ou o poder político; mas também implica o entendimento de sua crescente interpenetração com os diversos sistemas de comunicação de massa.

3. O comunicativo a partir do popular

A panorâmica anterior dos caminhos pelos quais transitou o popular durante a história boliviana requer que se estabeleça, para fechar o círculo, a conexão com o que aqui interessa: as manifestações comunicacionais e os usos que lhes correspondem.

Sobre este tema, o certo é que há muito mais por indagar e conhecer do que apenas sistematizar. Talvez nas indicações que se possa efetuar a respeito é onde reside alguma contribuição orientadora.

Entendendo o popular como a aplicação das cosmovisões dos setores subordinados da sociedade à produção e emissão de mensagens próprias pelos mais diversos meios a igual recepção e uso daqueles que procedem

dos espaços institucionais e os meios controlados pelas elites, trata-se de trabalhar fazendo convergir a definição teórica com a interpretação histórica na investigação das experiências comunicacionais populares concretas.

Até a presente data são realmente poucos os estudos existentes sobre esse rico campo e são menos ainda os que resultam pertinentes no sentido científico²⁴.

Os múltiplos e elementares intercâmbios orais dentro e entre os setores populares não foram documentados nem examinados em nenhuma etapa da vida republicana, como tampouco foram estes tais setores que mantiveram com as elites ou, ao inverso, o que estas dirigiram até estes.

Existem alguns estudos sobre os pasquins pré-independentes²⁵, certas expressões da imprensa popular²⁶, as rádios mineiras ou camponesas, a dança, o teatro ou a educação popular, mas que nem sempre – com as ressalvas que devem ser feitas com justiça – são fundamentados em critérios de rigor acadêmico, pois é muito mais fácil que os observadores dos fenômenos fiquem impressionados pelas supostas “bondades intrínsecas” de tudo o que se considera “popular” e sejam levados rapidamente à sua exaltação simplista, bem como, no outro extremo, ao julgamento impiedoso daquilo que não está inscrito na noção definidora do que é popular.

Além disso, está completamente aberto o terreno para investigar as pinturas dos muros, os pronunciamentos e as ações dos setores populares, a arte e a canção popular, panfletos, cartazes, as tradicionais bandas de música, as pichações, as manifestações de rua com seus refrões, faixas e “gritos de guerra”, as publicações mimeografadas, os jornais-murais, os sistemas de megafones, as assembléias, as “entradas folclóricas”, as festas populares, as romarias religiosas, as gravadoras alternativas, a televisão universitária ou de cooperativas e as dezenas dos agora chamados meios

24 Para referências sobre o particular, veja-se o livro de Luis Ramiro Beltrán, Carlos Suárez e Guillermo Isaza *Bibliografía de estudios sobre comunicación en Bolivia*. PROINSA. La Paz. 1990. Aqui certamente não se contam os trabalhos que abordaram temáticas afins ao campo oriundos de disciplinas diferentes à da comunicação.

25 Temos que mencionar, por exemplo, os trabalhos de Carlos Montenegro (em especial *Nacionalismo y Colonaje: su expresión histórica en la prensa de Bolivia*) e a tese de graduação, há pouco tempo publicada em forma de livro, de Vitaliano Torrico (*Prolegómenos de la Guerra de la Independencia a través del periodismo en el Alto Perú*).

26 Um trabalho importante nesta matéria e a tese de graduação de Ramiro Duchén Condarco (*“La Época” como reflejo de la prensa y el gobierno de Belzu 1848-1855*).

comunitários, especialmente os radiofônicos.

Mesmo assim, segue intacto o âmbito dos contextos que tem ou pode ter o popular na televisão privada e comercial (mais no entretenimento que na informação), nas novas tecnologias de telecomunicações – como a telefonia de longa distância, a telefonia celular ou as conexões de informática – nos circuitos informais de vídeo ou mesmo no rock urbano. Em todos os casos fica claro que o popular tem mais a ver com seus usos e reapropriações, isto é, com práticas de produção no lugar da recepção que nem por isso é menos relevante que as outras que ocorrem diretamente no pólo da emissão. Como diz Martín Barbero, essas “leituras oblíquas” que fazem os setores populares do massivo também são recursos táticos utilizados pelo popular a partir do cotidiano para prolongar, ao seu modo, a luta ou a negociação²⁷ em seu benefício.

O popular na Bolívia, em suas dimensões comunicacional e cultural, é ainda um território virgem para a indagação sistemática a ser feita reconhecendo, ao mesmo tempo, sua natureza plural e conflitante.

O cenário geral da comunicação no país, atravessado pela lógica do livre mercado, apresenta hoje cinco tendências: uma de estruturação de redes oligopólicas dos meios massivos; a segunda, de internacionalização das empresas de comunicação rentáveis; a terceira, de crescente incorporação das tecnologias nas instituições, nas empresas e na vida doméstica; a quarta, de massificação da cultura e da informação diante das pautas globais e a última, derivada da acentuação das exclusões internas, do enfraquecimento dos sistemas institucionais, sindicais e comunitários de comunicação.

Esta situação aumenta a prioridade de voltar o olhar para o popular, a fim de compreendê-lo desde as suas raízes históricas, mas fundamentalmente para definir linhas de atuação capazes de potencializar os esforços para construir uma sociedade democrática e com futuro dentro da nova realidade mundial, da sociedade projetada que, certamente, não poderá existir sem a conseqüente e efetiva democratização da comunicação.

27 Pode consultar-se sobre isto o livro de Michel de Certeau *La invención de lo cotidiano. I. Artes de hacer*. Universidade Iberoamericana. México. 1995.